

FUNDAÇÃO DO ÍNDIO DENUNCIA

Índios são vítimas de esbulho por acionamento político em Xanxerê

Ocupando as melhores terras e visando aos pinheirais dos silvícolas para negócio, um grupo de intrusos dominados por políticos, vem explorando cerca de 300 famílias de índios do Posto Doutor Sellstre de Campos, em Xanxerê, Santa Catarina. Agora, como se não bastasse vê-los sofrendo toda sorte de privações, vivendo em ranchos miseráveis que não servem nem para pocilgas, invadiram e plantaram em suas terras, num verdadeiro desafio à Comissão Parlamentar de Inquérito, da Câmara Federal, que investiga a situação naquele Posto e que esteve recentemente nesta Capital.

Essas declarações foram feitas à imprensa ontem, pelo ten. João Alves Ribas, chefe da 7.ª Inspeção Regional da Fundação Nacional do Índio, sediada nesta Capital e com jurisdição nos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Disse mais o ten. Alves Ribas: "Embora o Ministério do Interior tenha denunciado as irregularidades cometidas contra os nossos silvícolas e envidando todos os esforços, dentro da lei, para dar condições de vida humana a estes irmãos nossos, continuam alguns políticos lançando brancos ignorantes contra a raça que teve a infelicidade de conviver com homens de má índole e que tudo fazem para seu extermínio total, a fim de se apoderarem do pouco que lhes resta.

"Seguindo a orientação do Ministério do Interior, representado pela Fundação Nacional do Índio, esta Chefia, no cumprimento de suas atribuições, procurou dar assistência ao índio: assim, construíram-se casas, olarias; desenvolveu-se e, grande escala a agricultura e se iniciou o trabalho de legalização das áreas que a eles estão afetadas, contando, em tudo isso, com homens de bem que tudo têm feito para que cada Posto Indígena se torne auto-suficiente, exonerando os cofres públicos. Felizmente ainda contamos, embora em número limitado, com homens públicos e com todas as unidades do Exército, sediadas nos três Estados do Sul, além de professores, médicos, algumas firmas particulares, entidades, que têm colaborado com roupas, calçados, ferramentas, medicamentos, adubos etc. Entre as firmas particulares podemos mencionar a Refinaria Ipiranga, Lojas Renner e a Esso Brasileira de Petróleo.

"Quão nobre seria se todos os brasileiros retribuíssem parte do que foi tirado dos indígenas, ou se, pelo menos, demonstrassem boa vontade, quando não desejarem colaborar de forma direta!"

Continuando, o ten. Ribas disse ter sido, como chefe da 7.ª Inspeção Regional da Fundação do Índio, acusado, em carta dirigida à CPI, por um cidadão que preferiu ficar no anonimato. O objetivo principal de tais acusações — acrescenta o ten. Ribas — era o problema de madeiradas áreas indígenas. Não houve interesse em defender o patrimônio indígena e sim o voto para alguns políticos e o resguardo das florestas, para serem estas negociadas. Para infelicidade desses falsos defensores dos índios, não há irregularidade alguma na 7.ª Inspeção com relação à exploração de madeira.

"Mas — continua o ten. João Alves Ribas — não satisfeitos com a derrota que estão sentindo, procuram outra frente, agora com a intenção de criar problemas sociais. Assim, provocam desordens para dificultar a obra saneadora e progressista que a 7.ª Inspeção vem implantando nos 17 postos do extinto SPI (Serviço de Proteção aos Índios) e nos quatro postos recebidos do Estado do Rio Grande do Sul. Que está ocorrendo no Posto Dr. Sellstre de Campos, em Xanxerê? Faz anos que as invasões vêm ocorrendo na área indígena daquele Posto. Aí houve exploração de madeira em grande escala; queima de pinheiros e madeira de lei; de grandes plantações de trigo e milho. De tudo isso só restou a miséria e o desamparo total do

índio. Este acabou perdendo a confiança nos que deviam realmente protegê-lo, e a esperança de um dia ter a sua casa e a madeira que lhe pertence. Agora vivem os índios daquele Posto em ranchos tão miseráveis que não servem nem para pocilga. Além disso, não têm direito de plantar as melhores terras, pois estas estão ocupadas por intrusos. Vale dizer que os índios, além do mais, não dispunham de sementes, ferramentas e de alimentos para se manterem durante a entressafra.

Prosseguindo, o ten. Ribas disse que, após assumir o cargo de chefe da Inspeção Regional e ter tomado conhecimento dessa situação desesperadora, elaborou um plano para recuperar a confiança do indígena, pondo-o em execução com os próprios meios legais de que dispunha, sem contar com verba orçamentária ou de qualquer outra origem externa. Na administração anterior já havia sido iniciada a regularização dos civilizados que habitavam e exploravam as terras indígenas. Existia um formulário impresso, para contrato, a fim de evitar o descaminho dos produtos agrícolas que deveriam ser pagos pelos colonos que exploravam a terra, na base de percentagem, para alimentar os índios. Ficou provado pela experiência que só uma pequena parcela era entregue ao Posto; o restante ou era desviado ou não era entregue pelo agricultor. Ainda na administração anterior, foi estipulado que seriam cobrados NCr\$ 50,00 por alqueire (2,42 hectares) anualmente, pagamento este que seria efetuado em duas parcelas, para facilidade do arrendatário.

"Como chefe da Inspeção fiz diversas viagens àquele Posto, procurando dar solução amigável e justa a índios e colonos. Infelizmente foram infrutíferos nossos esforços neste sentido, pois sempre encontramos um grande obstáculo: os políticos convenceram os colonos que não firmassem contratos de arrendamento com a Fundação e a que não se retirassem daquela área, prometendo aos colonos que o governo lhes daria parte daquelas terras. A maioria, entretanto, não deu atenção aos políticos e firmou contrato. Uma minoria, porém, de 46 elementos, se mantém irredutível contra a assinatura do arrendamento, e vive criando clima de desordem e atritos entre arrendatários e intrusos e entre estes e a administração do Posto, tudo em prejuízo do índio.

"Diante da situação difícil por que passam todos os Postos Indígenas e com a intenção de construir casas para os índios e adquirir ferramentas, sementes e alimentos, foi anunciado que se aceitariam propostas para prestação de serviços, no beneficiamento de madeiras mortas e desvitalizadas existentes na área. Convém que se diga que esta madeira vem se perdendo ou sendo aproveitada pelos intrusos, sem lucro algum para o índio. Bem, a 7.ª Inspeção recebeu propostas para transporte e beneficiamento de madeira, das seguintes firmas: Josué Anoni, Madeireira Barro Preto Ltda., Indústria de Laminados Michelin Ltda., Dorvalino Minnozzo, Agnelo Narcizo, Laminadora Arco-Iris Ltda., e Zandona e Cia., saindo vencedora a primeira com recebimento de 49 por cento da madeira beneficiada. Considerando-se que o pinheiro que está sendo serrado é morto e desvitalizado, e que cada dia que passa menor é o seu aproveitamento, alguns deles são utilizados pela metade outros têm aproveitamento de um terço. Esses pinheiros seriam vendidos, bruto, ao preço que varia de NCr\$ 50,00 a NCr\$ 70,00. Com o sistema aceito pela Inspeção, a parte líquida que toca para a Fundação é da ordem de NCr\$ 142,00 por pinheiro, ao preço atual da madeira. Como resultado disso, já foram iniciadas construções de casas para os índios. E, com o excesso da madeira beneficiada, se planeja dotar o posto de instalação elétrica, inclusive nas casas dos índios,

e adquirir equipamentos agrícolas e outros bens de produção.

Mais adiante, o ten. Alves Ribas disse que, contra os intrusos recalcitrantes, a Inspeção tentou ação possessória no Fórum de Xanxerê. Agora dando a impressão de que desejavam desafiar a Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga a situação do Posto, os intrusos bloquearam estradas e se apropriaram de uma lavoura preparada para o plantio de subsistência dos índios daquela reserva. Tão logo recebemos comunicação do fato, imediatamente dirigimos expediente à Secretaria Executiva da Fundação Nacional do Índio, em Brasília, solicitando a normativa para aplicação dos remédios legais que o caso comporta".

E conclui o ten. João Alves Ribas: "De qualquer forma, a 7.ª Inspeção Regional da Fundação apela para as autoridades e para o povo, no sentido de que o índio seja posto a salvo de mais este criminoso esbulho de acionamento político".